

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGLER PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
JULIO VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIANI MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

'Casus belli'

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com



Arthur Lira e aliados usam erros do governo e do STF para adotar ameaça permanente e amplificação das tensões como arma de negociação e justificativa para confronto entre Poderes

O Congresso Nacional reabriu os trabalhos do ano legislativo com uma coleção de queixas e ameaças que mais parecem uma contraofensiva dirigida ao governo federal e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mesmo sem a presença do presidente Lula da Silva e do ministro Luiz Roberto Barroso, não faltaram discursos sobre a solidez das instituições, o apoio à democracia e a convivência civilizada e harmônica entre Congresso, governo e Supremo – além da previsível autocelebração contida na mensagem

do Executivo, que ao seu estilo tentou mostrar que o País mais uma vez tem sua história reescrita por obra e graça do governo lulopetista. Também se viu a defesa da tramitação de pautas relevantes, como a regulamentação da reforma tributária, a transição energética, e o debate sobre as prioridades do Orçamento federal. Mas nem é preciso ir às entrelinhas dos discursos para chegar à conclusão de que a convivência está longe da harmonia pregada e que o equilíbrio entre os Poderes corre riscos.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi quem melhor deixou vi-

dente o enorme abismo que separa discurso e prática na relação entre os Poderes. Ainda que ao final tenha mencionado a “disposição colaborativa” do Congresso com o Executivo e o Judiciário, sua mensagem foi dura e clara: os parlamentares não aceitarão ser coadjuvantes na aprovação do Orçamento. Fez menção indireta (ou explícita) ao veto de R\$ 5,6 bilhões do presidente Lula no valor aprovado para emendas parlamentares, assim como à medida provisória da reoneração, gestada no Palácio do Planalto logo depois de o Congresso aprovar a desoneração de impostos. Também falou em “acordos firmados” e “compromissos assumidos” como exemplos de “honradez na política”.

As digitais de Lira na artilharia parlamentar já vinham sendo sentidas tanto na ausência em solenidades que uniram os comandos dos Três Poderes quanto nos recados velados ou explícitos, destinados a quem considera potenciais algozes dos interesses da Câmara. Em alguns casos, como a medida provisória da reoneração, a queixa pode ser justificável – afinal, o governo teria tentado promover, via canetada, um retorno de impostos à revelia do que o Legislativo já decidira. Em outros, os interesses da Câmara e de Lira trafegam por zonas mais cinzentas.

Entre luzes e sombras, pode ser perturbador um Congresso que legisla com base na contraofensiva e na vingança – especialmente quando seus alvos são o STF e o governo. A politização do Supremo é um desvio de rota a corrigir. A vocação lulopetista para tentar converter os demais Poderes em extensão do governo e do partido é outra chaga a comba-

ter. São disfuncionalidades que desvirtuam o funcionamento da democracia. Nenhuma delas, no entanto, será resolvida com outra disfuncionalidade. O presidente da Câmara e seus aliados sabem bem disso e dobram a aposta: ao notório apetite por cargos e verbas acrescentam o estado de ameaça permanente e a amplificação das tensões como armas preferenciais de negociação e conquista.

O presidente da Câmara já condicionou o avanço das pautas governistas à troca de comando na pasta que cuida das articulações com o Congresso. Ele e seu grupo prometem não só reagir a vetos presidenciais no Orçamento e no Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas, como fizeram chegar aos seus alvos a lembrança do que têm na gaveta: um projeto que restringe decisões monocráticas de magistrados; outro que define mandatos fixos para ministros do STF (esta proposta, convém reconhecer, oficialmente não tem o apoio do presidente da Câmara, e sim do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco); e mais um que, se aprovado, exigirá do Congresso o aval para medidas judiciais contra parlamentares em exercício (projeto inspirado nas recentes operações da Polícia Federal, autorizadas pela STF, em endereços de congressistas).

Lira sabe ainda que 2024 será decisivo para a sucessão na presidência da Câmara. Ele quer a garantia do governo de que Lula não vai interferir na disputa. E entre o curtíssimo prazo e 2025, saca argumentos do bolso como uma espécie de *casus belli* – a terminologia bélica usada para alguém poder justificar seu direito de ir à guerra. ●

Orfandade institucional

É ensurdecedor o silêncio da PGR ante tentativa de Dias Toffoli de riscar o mapa as evidências de corrupção, organização criminosa e lavagem de dinheiro apuradas na Lava Jato

O Supremo Tribunal Federal (STF) continua a observar passivamente um de seus integrantes, o ministro Dias Toffoli, passar feito um rolo compressor sobre as robustas evidências de crimes apuradas na Operação Lava Jato, fazendo parecer, como dissemos neste espaço, que o maior esquema de corrupção de que o País já teve notícia foi um delírio coletivo. Movido sabe-se lá por quais razões, o ministro Dias Toffoli usou sua caneta para riscar dos autos até as provas que foram entregues voluntariamente às autoridades por dezenas de implicados, entre os quais diretores e gerentes da Petrobras durante os governos do PT e executivos das maiores empreiteiras do País.

A bem da verdade, contudo, é forço-

so dizer que o STF não é a única instituição que tem provocado esse sentimento misto de abandono e indignação em muitos cidadãos que acompanham os desdobramentos da Lava Jato nos últimos anos. O Ministério Público (MP), em particular a Procuradoria-Geral da República (PGR), também tem uma grande parcela de responsabilidade por essa espécie de orfandade institucional. Mudanças em ritmo vertiginoso na compreensão das leis e até dos fatos têm levado parcela expressiva da sociedade a questionar onde, afinal, estaria o MP como defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A Constituição de 1988 teve o cuidado de incumbir o MP dessa missão moldando o *parquet* para agir na nova ordem democrática segundo os princí-

pios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional. Mas a julgar pela atuação do MP na Lava Jato, sobretudo da PGR, a percepção que se tem da instituição é outra, diametralmente oposta. Ao invés de uno e indivisível, o MP é visto como um órgão cindido em grupos conflitantes; ao invés de servir à Constituição, às leis e ao interesse público, a independência funcional por vezes se assemelha a um véu sob o qual a instituição se move a reboque da agenda particular do seu chefe de ocasião.

No auge da Lava Jato, com Rodrigo Janot à frente, a PGR impingiu grandes danos à sociedade ao agir orientada politicamente e imbuída de um espírito salvacionista, como se a corrupção fosse o maior dos males brasileiros e aos procuradores coubesse a missão de livrar o País de todos os malfeitores que, há séculos, estariam se interpondo entre o Brasil e seu virtuoso destino. Em nome desse propósito, a um só tempo megalomaniaco e inconstitucional, a PGR cometeu erros tão grosseiros que, hoje, criminosos confessos chegam a debochar da sociedade posando de injustiçados. Esse MP de ares messiânicos não cansou de erguer a voz diante de toda e qualquer crítica a seus métodos, classificando os reparos não só como uma “ameaça à Lava Jato”, mas como uma “defesa de corruptos”.

Já durante a gestão de Augusto Aras o que se viu na PGR foi o exato oposto: a

adesão ao chamado antilavajatismos. Sob Aras, a Lava Jato acabou de vez, mas não porque, como qualquer operação, teria mesmo de ter um início e um fim bem delineados. A Lava Jato acabou por seu maior vício: ter se movido politicamente. Logo, quando mudaram os ventos da política nacional, uma nova visão sobre a operação, chamemos assim, se impôs.

Por ora, a marca que Paulo Gonet imprimirá na PGR é desconhecida, haja vista que o sucessor de Augusto Aras assumiu o cargo há apenas dois meses. Mas causa calafrios o silêncio do procurador-geral diante dessa série de decisões monocráticas do ministro Dias Toffoli livrando a Odebrecht e a J&F do pagamento das multas bilionárias com o qual as empresas se comprometeram ao assinar seus acordos de leniência. Aqui e ali surgem notícias de que a PGR vai recorrer das decisões, mas o fato é que, desde setembro, quando Dias Toffoli decidiu anular liminarmente as provas que sustentaram o acordo de leniência da Odebrecht, nenhuma ação foi tomada pela PGR. Quem recorreu da decisão foi o Ministério Público de São Paulo.

Já passou muito da hora de a PGR voltar à normalidade institucional, sem arroubos messiânicos, sem motivações políticas e, tampouco, sem omissões. O País tem muito a perder com um Ministério Público tão inconstante. ●